

A ÁGUA EM PORTUGAL

USOS E ABUSOS

A água voltou a ser tema para mais uma conferência que Bordalo e Sá, professor da Universidade do Porto, proferiu em Viana. A iniciativa partiu, mais uma vez, do Rotary Clube de Viana, em parceria com o Instituto Politécnico desta cidade.

Pág. 4



A ÁGUA EM PORTUGAL

— USOS E ABUSOS

A água voltou a ser tema para mais uma conferência que Bordalo e Sá, professor da Universidade do Porto, voltou a proferir em Viana. A iniciativa partiu, mais uma vez, do Rotary Clube de Viana em parceria com o Instituto Politécnico desta cidade. Foi na passada sexta-feira, dia 24, à noite, no auditório da Reitoria do Instituto, tendo participado cerca de uma centena de pessoas.

Portugal, relativamente à problemática da água, situa-se geograficamente no contexto ibérico, mas, do ponto de vista da política de gestão e de ordenamento desta potencialidade vital, terá de cumprir as directivas impostas pela Comunidade Europeia. Trata-se da Directiva-Quadro da Água (DQA) aprovada em Outubro de 2000 e publicada no Jornal das Comunidades em finais desse ano. Portugal fez, no entanto, o esforço para que essa directiva fosse transposta até 22 Dezembro de 2003, o que infelizmente não aconteceu, tendo sido apenas "acite" a 29 de Dezembro de 2005, ou seja, dois anos depois de publicada e cinco após ter sido aprovada!

A explicação para este atraso deve-se, segundo Bordalo e Sá, "à quantidade de ministros do Ambiente, que entretanto tivemos, cada um com visões diferentes e contraditórias." Sendo esta DQA fundamental para gestão da água, pensa aquele investigador "ser nosso objectivo chegarmos a 2015 com uma razoável condição ecológica



para as águas de superfície, de modo que incidam, positivamente, no estado das águas subterrâneas."

"Cinquenta e três por cento da água que corre nos rios portugueses, transportada pelos cinco maiores rios internacionais (Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana)" vem de Espanha, o que coloca Portugal, no plano hidrologico, sujeito à proveniência e curso dessas águas fora do território nacional. Para além disso, "Portugal apresenta uma reconhecida assimetria pluviométrica e consequentemente hidrologica. Da metade norte do país, onde chove mais relativamente à metade situada a sul do Tejo, cuja planície é praticamente semi-árida, com excepção da Bacia do Tejo, pelo facto de apresentar bons recursos em água subterrânea. "Na área norte é maior a ocorrência (superficial) que transporta importantes caudais sólidos

para o mar, essenciais para o equilíbrio ecológico de alimentos" (o plâncton). Sendo por isso que a pesca da sardinha se dá, sobretudo e também, nessa metade norte da costa.

O atraso de três anos de Portugal em relação à calendarização europeia, designadamente à DQA, "vai ser de difícil recuperação." É necessário corrigir muitas situações de consumos excedentários, como por exemplo o da agricultura, em que temos cerca de 30% de consumo de água, enquanto que na Europa esse consumo anda entre os oito e os 20 por cento!

O mau ordenamento do território é apontado como uma das causas, quer no planeamento urbanístico, quer no agrícola, ambos geradores de ocupações desajustadas dos solos. São exemplo disso alguns olivais e vinhas implantados em terrenos de regadio, bem como a fixação

continuada de populações no litoral, a obrigar a captações de águas cada vez mais longínquas. E estas distorções parece já se terem começado a desenhar também na área da albufeira do Alqueva!

Bordalo e Sá afluorou um outro dos problemas que é o da fraca cobertura da instalação das redes de saneamento básico, essenciais à não contaminação das águas, quer superficiais quer subterrâneas. A Directiva Europeia obriga também a que as povoações com mais 15 mil habitantes tenham de possuir redes saneamento básico ligadas a Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's), mas "há ainda muitas povoações que estão longe de cumprir essa directiva, ou de situações em que se fez o mais fácil, que foi construir primeiramente as ETAR's, tendo ficado a rede de saneamento por fazer ou acabar."

Quanto à perda de água na rede de abastecimento público, "Viana do Castelo será das cidades que apresenta valores dos mais baixos, de 17-21 por cento, em relação ao panorama nacional", confirmou Bordalo e Sá.

E.

* * *

Dia Mundial da Água

A Associação de Protecção e Conservação do Ambiente - APCA, no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Água (22 de Março) não pode deixar de tornar públi-

cas as suas preocupações com o recurso natural "Água" na região do Minho.

Trata-se de um recurso escasso, mas cuja abundância e qualidade, neste espaço territorial português, leva a que não seja devidamente valorizado, gerido e, fundamentalmente, tratado com a atenção que merece por parte dos organismos que têm a incumbência legal de o proteger e salvaguardar. Infelizmente, são diversos os casos em que os aludidos organismos da administração pública (central, regional e local) incumbidos da gestão e protecção deste recurso natural, são os primeiros a degradá-lo ou a fazer "vista grossa" no que concerne à degradação do mesmo. Basta dar uma volta pelo verde chamuscado, no último Verão, da região minhota, para encontrarmos um sem número de situações de poluição das águas das nossas ribeiras e rios, dos aquíferos através da deposição de resíduos sólidos perigosos no solo, do despejo de águas residuais urbanas e industriais sem o tratamento adequado, contaminando as águas límpidas dos nossos rios. Quantos são os colectores de esgoto urbano, que escondidos ou à vista de todos descarregam águas nauseabundas nos rios e ribeiras minhotas? Infelizmente, ainda são muitos e a situação agravava-se quando os custos do tratamento dessas águas residuais são imputados aos consumidores e o tratamento não é efectuado ou é realizado de uma forma muito precária.

Nos últimos anos assistiu-se a um investimento público considerável nos domínios do abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Mas todos sabemos,

salvo honrosas excepções, que o tratamento das águas de abastecimento, e particularmente das águas residuais, deixa muito a desejar, existindo quase como que um conformismo generalizado de que temos que viver assim, com este fatalismo.

No Dia Mundial da Água é preciso recordar-se e salientar-se que não é admissível a continuidade deste imobilismo perante a degradação do recurso "Água" na região minhota. Não é aceitável que as estações elevatórias de águas residuais, estejam sistematicamente a drenar para o rio ou ribeira próxima, sem que sejam apuradas responsabilidades, como aconteceu, no último Verão, por exemplo na ribeira de Afife ou nas margens do rio Lima. Entendemos que as estações de tratamento de águas residuais urbanas ou industriais devem obrigatoriamente divulgar publicamente (nos órgãos da comunicação social) com uma periodicidade dependente da respectiva capacidade de tratamento, a qualidade do efluente final lançado num rio ou no mar. É inadmissível a existência de estações de tratamento de águas residuais urbanas ou industriais que funcionem porque parecia mal estarem paradas, atendendo aos fundos comunitários que utilizaram.

Perante este quadro, como é que a região minhota não há-de perder bandeiras azuis em 2006, face aos resultados das análises de 2005 de algumas das praias mais conhecidas da região, contaminadas com poluição bacteriana decorrente de esgotos urbanos!

Sebastião Bandeira